

O trabalho dentro e fora de empresas no Brasil: a composição por gênero

Anita Kon

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina aspectos estruturais da distribuição do trabalho no Brasil, dentro e fora de empresas segundo o gênero, verificando particularmente a divisão global e regional do trabalho entre os dois sexos, bem como as diferenças nas condições de proteção através de carteira de trabalho assinada, no nível de escolaridade e de remuneração, para cada grupo de ocupações definido.

De um modo geral, a composição da distribuição ocupacional por gênero, reflete os movimentos líquidos das tendências conjunturais, e, a longo prazo, dos ajustamentos da economia às transformações tecnológicas e da estrutura produtiva, que se apresentam de forma diferenciada regionalmente, de acordo com os impactos espaciais de políticas econômicas, associados a fatores culturais específicos, que se traduzem em padrões particulares de segmentação.

O que se tem observado como uma tendência histórica, de uma maneira geral nas nações capitalistas no caminho para o desenvolvimento, e para o Brasil em particular, é a tendência histórica ao aumento da participação feminina na estruturação ocupacional, partindo de um padrão em que a representatividade de mulheres é relativamente baixa. Por um lado, essa elevação reflete aspectos positivos, tanto da evolução de valores sociais, o que passou a permitir a maior intensidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, quanto da modernização de processos produtivos, o que aumentou a divisão de tarefas entre os gêneros e em alguns casos criou ocupações mais adaptáveis a condições femininas (como precisão e delicadeza no manuseio).

No entanto, observou-se também, com maior ênfase em países menos desenvolvidos, e particularmente em conjunturas economicamente desfavoráveis, que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho está associado à necessidade de sobrevivência familiar, ou seja, de um maior número de pessoas da família trabalhando, quando a oferta desta mão-de-obra muitas vezes cria suas oportunidades de trabalho.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise da segmentação ocupacional brasileira por gênero, aqui apresentada, é parte de uma pesquisa mais

ampla que examina a estruturação ocupacional do País, verificando tanto o perfil ocupacional da população trabalhadora quanto as transformações nesta distribuição que ocorreram na década de oitenta⁽¹⁾. As informações utilizadas têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, do IBGE, de 1983 e 1989.

A partir dos dados desagregados, foram elaboradas Tabulações Especiais, definindo-se uma Tipologia de Ocupações para os fins específicos da pesquisa. Dessa forma, foram determinadas categorias ocupacionais, agregando as ocupações por grupos de assalariados, de trabalhadores por conta própria (CP) e de trabalhadores em serviços domésticos remunerados (SD). Este últimos compõem uma categoria separada, desde que se constituem em assalariados de natureza diversa dos primeiros, uma vez que prestam serviços a famílias e não a empresas, e em grande parte das vezes sua remuneração é acrescida de salários em espécie, como alimentação e residência.

Os assalariados foram classificados segundo exerçam ocupações: a) de Dirigentes, que correspondem a proprietários de empresas (Dirigentes 1) e outros administradores e gerentes (Dirigentes 2); b) da área da Produção direta de bens e serviços; e c) da área da Administração. Para estes dois últimos grupos foram definidas categorias, segundo o nível de capacitação requerido pelas ocupações, como Qualificados 1 (com nível técnico de escolaridade), Qualificados 2 (com nível superior de escolaridade), Semi-qualificados 1 (com menor nível de qualificação e sem atribuições de chefia), Semi-qualificados 2 (com atribuições de chefia) e Não-qualificados.

Para os trabalhadores autônomos, as ocupações encontradas correspondem às categorias ocupacionais de Profissionais Liberais (PL), Qualificados, Semi-qualificados e Não-qualificados da área da Produção (respectivamente PQ, PSQ e PNQ) e ocupações administrativas (AD).

Os anos de 1983 e 1989 correspondem respectivamente à estruturação ocupacional no período de auge da crise econômica da década de oitenta, e ao final da década, período em que a economia havia experimentado um nível relativo de recuperação comparativamente ao período anterior, porém ainda conviviam com desequilíbrios nos principais agregados, priorizando as políticas de estabilização voltadas para o combate das altas taxas de inflação⁽²⁾.

Anita Konn é Doutora em Economia pela FEA/USP e professora da PUC-SP e da EAESP/FGV.

(1) Consulte-se Kon (1993).

(2) Para maiores detalhes sobre a situação econômica brasileira da década de oitenta, consulte-se Kon (1994).

A SEGMENTAÇÃO DOS ASSALARIADOS

Partindo da observação da segmentação para o país como um todo segundo o gênero, entre os assalariados das empresas, verificava-se, em 1983, que em torno de 70% das ocupações eram exercidas por homens, como é visualizado na Tabela 1. Examinando-se a distribuição entre as categorias ocupacionais, no entanto, são encontradas diferenças consideráveis nesta composição. Observa-se inicialmente que, entre os dirigentes, a representatividade feminina se situa significativamente abaixo desta média, enquanto que na área da produção direta de bens e serviços como um todo, a participação de mulheres é inferior à da área administrativa das empresas. Por outro lado, entre os qualificados da Produção, tanto as ocupações de nível técnico de escolaridade, quanto de nível superior são exercidas em sua maioria pelo sexo feminino. Uma observação mais detalhada na divisão setorial revela que particularmente os setores de Saúde e Ensino são responsáveis por esta maior absorção. Também entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área burocrática e de escritório, a representatividade feminina é consideravelmente superior.

A segmentação, observada no ano de 1989, não mostra alterações consideráveis, o que confirma as constatações de que as transformações estruturais na composição ocupacional foram lentas, na década de oitenta, embora se observe a continuação da tendência ao crescimento da participação das mulheres na quase totalidade das categorias de assalariados, com exceção das ocupações de qualificados de nível superior da Produção.

A condição de trabalho com Carteira assinada, no ano de 1983, é observada em pouco acima de 40% para os homens da área da Produção e 35% para as mulheres, sendo que esta representatividade média é diminuída pelo peso das ocupações das duas categorias de menores requisitos de qualificação, pois nos demais grupos desta área, o registro em carteira é encontrado entre 60% a mais de 70% dos ocupados. Verifica-se que na área burocrática a situação é consideravelmente mais privilegiada, para ambos os gêneros, pois a representatividade dos trabalhadores com carteira supera 70%, em quase todas as grupos da Administração, com exceção dos homens qualificados de nível superior, que apresentam uma participação pouco inferior a 45%. As ocupações menos protegidas, portanto, em ambos os gêneros são as que apresentam menores requisitos de qualificação. Por outro lado, uma comparação entre os dois gêneros em cada categoria separadamente, revela que o masculino apresenta relativamente maior participação de ocupados com carteira na área da Produção (excetuando-se a categoria de semi-qualificados com atribuições de chefia), o inverso se verificando na área da administração, onde as mulheres encontram-se em situação mais privilegiada.

As transformações nesta situação verificadas no ano de 1989 dão conta de que não houve um comportamento regular tanto entre os gêneros quanto entre as diferentes categorias, embora para o global dos assalariados se observe um aumento pouco significativo na representatividade de ocupados com carteira, para ambos os sexos.

Porém, entre os homens qualificados da Produção (com mais intensidade entre os de nível superior) e não-qualificados da Administração, aumentou a condição de trabalhadores sem carteira, o mesmo ocorrendo entre as mulheres alocadas em ocupações semi-qualificadas com chefia da Produção e não-qualificadas da Administração.

Em pesquisa anterior⁽³⁾, observou-se que a distribuição ocupacional regionalizada no Brasil apresentava diversidades significativas. Aspectos históricos da ocupação regional do território, em associação à disponibilidade de uma base de recursos humanos e materiais e de uma base social específicas, definiram uma qualidade espacial de segmentação, com padrões específicos nas diferentes regiões. Esta especialidade refletiu-se em cada forma regional de especialização produtiva, incorporando uma taxa de acumulação de capital e de progresso tecnológico próprios, que moldaram a estruturação ocupacional de cada espaço.

Considerando-se as diversidades regionais no ano de 1983, observa-se que as maiores participações femininas para o conjunto de trabalhadoras como um todo se verificam nas regiões Sul e Nordeste (entre 30% e 35%) e a menor no Centro-Oeste (pouco acima de 22%). Nas regiões mais desenvolvidas - considerando-se a participação no produto gerado pelo País - que correspondem a Rio de Janeiro e São Paulo, esta representatividade se situa próximo à média global. Examinando-se a distribuição entre as categorias ocupacionais nas empresas, verificam-se representatividades diversas, tanto intra quanto interregionalmente, porém as dispersões em torno da média global do País não são muito consideráveis e não se observa regularidade considerável entre o nível de desenvolvimento econômico - considerando-se o produto gerado como indicador - e a dispersão negativa ou positiva em relação à média do País, nas diferentes categorias. Observa-se apenas que entre os ocupados qualificados de nível superior e também entre os não-qualificados, a representatividade dos homens é maior nas regiões mais avançadas do Rio de Janeiro e São Paulo e consideravelmente menor na região menos desenvolvida do Nordeste.

Por outro lado, quando se examina a situação no ano de 1989, é confirmado o aumento da participação feminina em todas as regiões para a maior parte das categorias ocupacionais, com exceção das trabalhadoras qualificadas de nível superior da área da Produção, cuja representatividade diminuiu em todas as regiões⁽⁴⁾.

Portanto, a maior participação feminina não necessariamente está associada à modernização econômica, uma vez que as regiões em que este peso é inferior, Centro-Oeste e Minas Gerais-Espírito Santo são regiões intermediárias em nível de desenvolvimento, e as representatividades de mulheres no Sul e no Nordeste superavam mesmo a de São Paulo. O que se pode inferir é que a tendência histórica ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, se por um lado é motivada pela modernização econômica e social, através da abertura de novas possibilidades de ocupações por mulheres, por outro lado também é resultado da necessidade de que um maior número de membros de uma família contribuam para a subsistência familiar.

(3) Kon (1990), Capítulo 4 e (1992)

(4) Consulte-se Kon (1993).

A DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES FORA DAS EMPRESAS

Os trabalhadores autônomos ou por conta própria constituem uma parcela do mercado informal da economia, conforme definido pelos enfoques mais recentes sobre informalidade⁽⁵⁾. As abordagens encontradas na literatura definem as causas da informalidade como: a) originadas a partir do excedente de mão-de-obra do setor formal; b) conseqüentes das falhas do sistema legal e político ou na regulamentação da economia por parte do Estado; c) resultantes do próprio processo de acumulação capitalista, como uma forma de organização da produção subordinada e intersticial.

Estas abordagens salientam a facilidade de entrada de trabalhadores nestes mercados não regulamentados e competitivos, e processos produtivos com tecnologia simples e baixas remunerações. No entanto, muitas vezes é possível encontrar-se trabalhadores por conta própria com remunerações consideráveis e próprias em maiores níveis de qualificação, com registros contábeis e pagando impostos como autônomos. Particularmente, a última abordagem define o setor informal como um conjunto de formas de produzir bens e serviços organizado pelo produtor direto, de posse de seus instrumentos de trabalho, seja em trabalho individual, seja com ajuda do trabalho familiar ou de alguns ajudantes. Entre estas ocupações, encontram-se formas de organização da produção em que o produtor é possuidor dos instrumentos de trabalho e, portanto, detentor de um capital, e outras formas em que o trabalhador vende seus serviços ou mercadorias diretamente ao consumidor (final ou intermediário), com práticas de trabalho individualistas.

Nestas condições, do total de trabalhadores do país alocados fora de empresas, cerca de 19% exerciam atividades por conta própria em 1983, observando-se a diminuição desta representatividade para 17% no final da década, quando verificou-se relativa retomada no aumento do produto gerado pela economia. Em uma abordagem regional, verifica-se que as regiões mais avançadas de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam participações consideravelmente inferiores de autônomos e a região menos desenvolvida do Nordeste chega a absorver quase 1/4 dos seus ocupados nestas categorias de ocupações. Os demais, ocupados fora de empresas, correspondiam aos que exerciam serviços domésticos remunerados, cuja representatividade situava-se em 7,4% em 1983, diminuindo para 6,7% no final da década.

Examinando-se as distribuições entre os gêneros, observam-se algumas diferenças, como retratado na Tabela 2. Do total dos ocupados do sexo masculino, os autônomos deste gênero (A/POG) representam pouco acima de 19%, porém entre as mulheres, as que exercem atividades por conta própria representam cerca de 12%. Entre as regiões, constata-se que entre os homens que trabalham nos espaços mais desenvolvidos de São Paulo e Rio de Janeiro, a representatividade é relativamente inferior à média do país, e é bem mais expressiva na região menos avançada do Nordeste. O mesmo se verifica com relação às mulheres, para as regiões de São Paulo e Nordeste.

Por outro lado, a distribuição por gênero entre os

autônomos (AG/A) - ou seja, a representatividade dos autônomos de um determinado gênero sobre o total de autônomos - mostra que a representatividade média do gênero masculino, para o global do país, se situa pouco abaixo de 3/4 do global de ocupados. No entanto, observa-se uma diversidade regional significativa, verificando-se que a menor participação dos homens é encontrada no Rio de Janeiro (cerca de 61%) e a superior na região Sul (aproximadamente 80%), sendo que apenas esta última região e o Nordeste apresentam representatividades superiores à média do país. Entre as mulheres, apenas no Sul e no Nordeste esta participação é inferior à média do país.

No que se refere ao serviço doméstico remunerado, os ocupados do sexo masculino apresentam participação insignificante no total da população ocupada do mesmo gênero (SD/POG), enquanto que do total de mulheres trabalhadoras do País pouco acima de 18% se dedicam a atividades domésticas remuneradas. A situação entre as regiões mostra que para o Rio de Janeiro, Minas Gerais-Espírito Santo e Centro-Oeste, esta representatividade chega quase a 1/4 das trabalhadoras. Por se tratarem de ocupações de natureza essencialmente feminina, observa-se que a quase totalidade, ou mais de 95%, é exercida por mulheres em todas as regiões (SDG/SD).

A distribuição dos ocupados fora das empresas segundo a natureza das ocupações, por área de atividade e qualificação, mostra uma representatividade insignificante de ocupações administrativas, e na área da Produção, acima de 90%, em média, são representadas por semi-qualificados, em ambos os gêneros. Apenas no Rio de Janeiro, a participação dos homens nesta categoria é menor, próxima a 70%, contrabalançada pela maior participação relativa dos não-qualificados (acima de 16%). Na categoria de autônomos, a representatividade de mulheres é inferior à masculina, em todas as regiões, não se encontrando relação com o nível de desenvolvimento econômico.

ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS MÉDIOS DOS ASSALARIADOS

Utilizando-se como indicador o número de anos de estudo para identificar a escolaridade dos ocupados em empresas no Brasil como um todo, segundo as categorias ocupacionais, observa-se inicialmente, entre os dirigentes, uma média superior para os assalariados que exercem ocupações de administradores ou gerentes, em relação aos proprietários (Tabela 3). Entre estes assalariados, a média se situa abaixo do nível superior de escolaridade, para ambos os gêneros, porém observa-se maior nível entre as mulheres. O peso relativamente superior de empresas mais tradicionais, com sistemas organizacionais menos avançados, é refletido nestes resultados.

Para os demais assalariados, as diferenças no nível de escolaridade entre os gêneros são pouco significativas, observando-se um nível consideravelmente mais elevada para as mulheres, apenas entre os semi-qualificados com atribuições de chefia da área da Produção. Observando-se as diferenças entre as atividades da Produção direta de

(5) Para maiores detalhes a respeito das abordagens sobre o setor informal veja-se Cacciamali (1990) e Chully (1992).

bens e serviços e da Administração, verifica-se nesta última, em quase todas as categorias ocupacionais, uma média superior de anos de estudos para as mulheres, em relação à primeira área, e em relação à masculina, excetuando-se as não-qualificadas. No que se refere à condição de trabalho com ou sem proteção legal via carteira de trabalho assinada, as diferenças em escolaridade também são pouco significativas, tanto em cada categoria de um mesmo gênero, quanto entre os gêneros.

Por outro lado, as diferenças regionais nesta segmentação (Tabela 4) revelam que nas regiões do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Centro-Oeste (neste espaço, particularmente sob influência do Distrito Federal), as médias de anos de estudo, em quase todas as categorias ocupacionais, são superiores, embora não se distanciando significativamente da média. No Nordeste as médias de escolaridade entre os homens são inferiores ao global do país entre os dirigentes e na área da Produção, porém na área administrativa esta situação não se verifica em todos os níveis de qualificação. Entre as mulheres, a situação é semelhante, com exceção da categoria de dirigentes, onde se verifica que a mesma média do que o país.

Quando se observa a segmentação com relação aos rendimentos médios auferidos pelos assalariados, no final da década de oitenta, apresenta-se uma situação consideravelmente desprivilegiada para as mulheres, na maior parte das categorias ocupacionais, com maiores defasagens nas ocupações mais qualificadas. Por outro lado, os ocupados, contratados com registro em carteira de trabalho, mostram remunerações médias superiores, entre os homens nas categorias mais qualificadas, comparativamente aos sem carteira. Entre as mulheres, observa-se médias ligeiramente inferiores entre as que não possuem carteira assinada, na área da Administração.

Entre as regiões (Tabela 5), verifica-se que São Paulo apresenta as maiores remunerações médias para ambos os gêneros, seguida da região Sul, cuja situação é discretamente superior à do Rio de Janeiro, entre as mulheres dirigentes e da área da Produção. Por outro lado, para ambos os gêneros as médias inferiores são encontradas no Nordeste.

CONCLUSÕES

O exame da segmentação ocupacional brasileira segundo o gênero, na década de oitenta, nos revela que entre os assalariados das empresas, para a média do país como um todo, cerca de 70% são homens, porém entre as diversas categorias ocupacionais, nas áreas da produção direta de bens e serviços ou administrativa e entre dirigentes, são encontrada diferentes representatividades.

A participação feminina apenas é mais significativa que a masculina entre as ocupações que requerem nível superior de escolaridade na Produção e entre as semi-qualificadas com atribuições de chefia da Administração.

Também no que se refere à distribuição tendo em vista a condição de proteção legal através de registro em carteira de trabalho, as condições se apresentam diferenciadas entre os gêneros e entre as categorias ocupacionais, verificando-se, no entanto, uma situação mais privilegiada para os homens na área da Produção das empresas, e para as mulheres na área burocrática e de escritório.

Entre os trabalhadores autônomos, observam-se algumas diferenças regionais na representatividade entre os gêneros, verificando-se maior concentração relativa de homens, em quase todos os espaços, tanto com relação ao total da população ocupada, quanto ao total de autônomos.

As diferenças no nível de escolaridade entre homens e mulheres, em cada categoria ocupacional específica, não são significativas, com exceção das ocupações de semi-qualificados com atribuições de chefia da área da produção das empresas, onde as mulheres apresentam-se com nível consideravelmente superior. Os níveis médios de rendimentos mostram uma situação menos privilegiada para as mulheres em todas as categorias ocupacionais das empresas.

Durante a década de oitenta, em todos os grupos ocupacionais, verificou-se a continuação da tendência histórica do aumento da participação feminina, mesmo no período em que foi mais intensa a diminuição da atividade econômica e a queda das oportunidades de emprego.

BIBLIOGRAFIA

- CACCIAMALI, M.C. As economias informal e submersa: Conceito e Distribuição de Renda, IPE/FEA/USP, 1990, mimeo.
- CHULLY, J.B.N. Ajustamento e Informalidade no Mercado de Trabalho Peruano: 1950-1989, FEA/USP, Tese de Doutorado, 1992, mimeo.
- KON, A. "A divisão nacional do trabalho: condicionantes sócio-econômicas", Revista de Economia Política, Vol.12, no 3(47), jul-set/1992.
- KON, A. Padrões e Condicionantes da Estruturação Ocupacional Brasileira: uma abordagem inter-regional, FEA/USP, 1990. Tese de Doutorado, mimeo.
- KON, A. O Ajustamento na Distribuição Ocupacional Brasileira na Década de Oitenta, Relatório de Pesquisa, CNPq, São Paulo, 1993.
- KON, A. "Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil", em Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, Vol 34 n. 3, Maio/Junho, 1994.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DOS ASSALARIADOS POR GÊNERO.
BRASIL - 1983-1989 (%)

Categorias Ocupacionais	TOTAL		C/C*		S/C*	
	H	M	H	M	H	M
ASSALARIADOS						
1983	71,0	29,0
1989	68,2	31,8	49,8	50,5	50,2	49,5
Dirigentes						
1983	84,5	16,5
1989	78,6	21,4	78,3	66,2	21,6	33,8
Produção						
1983	72,2	27,8	41,3	35,4	58,7	64,6
1989	70,1	29,9	47,9	42,2	52,1	57,8
Qualific. 1						
1983	48,6	51,4	73,4	65,8	26,6	34,2
1989	44,3	55,7	70,5	67,1	29,5	32,9
Qualific. 2						
1983	29,1	73,7	70,7	43,4	29,3	56,6
1989	29,5	70,5	59,0	45,2	41,0	54,8
Semi-qual. 1						
1983	73,1	26,9	39,9	31,2	60,1	68,8
1989	72,8	27,2	44,2	38,1	55,8	61,9
Semi-qual. 2						
1983	95,9	4,1	61,5	85,3	38,5	14,7
1989	95,1	4,9	65,0	84,6	35,0	15,4
Não-qualif.						
1983	84,8	15,2	22,5	21,7	77,5	78,3
1989	76,5	23,5	49,1	36,4	50,9	63,6
Administr.						
1983	61,5	38,5	70,9	77,4	29,1	22,6
1989	57,3	42,7	73,0	73,6	27,0	26,4
Qualific. 1						
1983	78,7	21,3	87,6	87,3	12,4	12,7
1989	75,3	24,7	92,1	84,4	7,9	15,6
Qualific. 2						
1983	83,6	16,4	44,5	70,8	55,5	29,2
1989	73,9	26,1	48,3	70,5	51,7	29,5
Semi-qual. 1						
1983	58,7	41,3	66,1	79,5	33,9	20,5
1989	54,1	45,9	68,9	79,3	31,1	20,7
Semi-qual. 2						
1983	26,5	73,5	70,0	76,1	30,0	23,9
1989	29,2	70,8	69,7	76,4	30,3	23,6
Não-qualif.						
1983	68,7	31,3	77,6	72,5	22,4	27,5
1989	63,1	36,9	76,8	60,2	23,2	39,8

FONTES: IBGE-PNADs

Notas: *Percentual sobre o mesmo gênero; C/C=Com carteira e S/C= Sem carteira.

... dados não disponíveis.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES FORA DE EMPRESAS
BRASIL E REGIÕES (%)

Regiões Gênero	A/POG	AG/A	SD/POG	SDG/SD	Categorias Ocupacionais						
					PL	PQ	PSQ	PNQ	AD	Total	
BRASIL											
H	19,5	74,5	0,5	4,9	1,2	1,1	91,0	6,4	0,3	100	
M	12,4	25,5	18,3	95,1	2,2	1,4	92,3	4,0	0,1	100	
RJ											
H	11,6	61,3	1,1	7,8	2,5	2,5	70,1	16,2	0,7	100	
M	12,1	38,7	22,2	92,2	3,9	2,7	87,5	5,9	-	100	
SP											
H	11,6	72,1	0,6	5,8	2,7	1,8	87,6	6,8	1,1	100	
M	8,2	27,9	16,5	94,2	4,3	2,4	87,7	4,7	0,8	100	
S											
H	24,0	79,8	0,5	4,9	1,0	0,9	94,8	3,1	0,2	100	
M	10,8	20,2	15,5	95,1	3,6	1,1	94,7	0,5	0,1	100	
MG-ES											
H	17,3	72,7	0,5	3,6	1,7	0,9	91,3	5,9	0,2	100	
M	12,7	27,3	24,1	96,4	2,4	2,4	93,9	1,3	-	100	
NE											
H	27,9	75,6	0,3	4,1	0,3	0,8	92,6	6,3	-	100	
M	17,4	24,4	15,6	95,9	0,4	0,6	93,5	5,5	-	100	
CO											
H	17,5	68,8	0,5	7,9	1,0	1,2	91,2	6,4	0,2	100	
M	11,7	31,2	25,2	93,8	2,0	0,8	85,4	1,8	-	100	
N*											
H	19,7	70,9	0,3	2,9	1,5	1,8	83,1	13,4	0,2	100	
M	13,9	29,1	20,2	97,1	0,7	1,4	89,3	8,6	-	100	

Fonte: IBGE- PNAD/1989, Tabulação Especial.

* Zona urbana.

Notas: A/POG= Autônomos/Popul. Ocupada do mesmo gênero.
 AG/A=Autônomos do gênero/Total Autônomos.
 SD/POG=Serviço Doméstico/Popul.Ocupada Total do mesmo gênero.
 SDG/SD=Serviço Doméstico do gênero/Total Serviço doméstico.
 PL= Profissionais Liberais.
 PQ=Qualificados da Produção.
 PSQ= Semi-qualificados da Produção.
 PNQ= Não-qualificados da Produção.
 AD=Ocupados na Administração.

TABELA 3

**ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS MÉDIOS DOS ASSALARIADOS SEGUNDO GÊNERO
BRASIL**

Categorias Ocupacionais	TOTAL		C/C*		S/C*	
	H	M	H	M	H	M
ESCOLARIDADE**						
.Dirigentes						
.Dirigentes 1	6	8	12	14	6	8
.Dirigentes 2	9	11	10	10	8	11
.Produção						
.Qualificados 1	9	9	9	9	8	9
.Qualificados 2	14	12	14	12	14	12
.Semi-qualificados1	4	4	5	5	3	3
.Semi-qualificados2	5	10	5	11	5	10
.Não-qualificados	3	3	3	3	3	3
.Administração						
.Qualificados 1	9	11	9	10	10	11
.Qualificados 2	13	14	14	14	12	14
.Semi-qualificados1	8	9	8	9	8	9
.Semi-qualificados2	9	10	9	10	8	10
.Não-qualificados	4	3	4	3	4	3
RENDIMENTOS**						
.Dirigentes						
.Dirigentes 1	11	10
.Dirigentes 2	11	7	12	8	7	7
.Produção						
.Qualificados 1	7	3	8	3	5	3
.Qualificados 2	14	5	15	6	12	5
.Semi-qualificados1	2	1	3	2	2	1
.Semi-qualificados2	5	6	4	6	5	7
.Não-qualificados	2	1	2	2	2	1
.Administração						
.Qualificados 1	9	7	9	7	9	8
.Qualificados 2	13	11	14	11	11	9
.Semi-qualificados1	4	3	4	3	4	2
.Semi-qualificados2	5	4	5	4	4	3
.Não-qualificados	2	2	2	2	2	1

FONTE: IBGE-PNAD/1989

* C/C=Com carteira; S/C=Sem carteira.

** Escolaridade=anos de Estudo; Rendimentos=Rendimentos médios em salários mínimos.

TABELA 4

**ESCOLARIDADE MÉDIA DOS ASSALARIADOS* SEGUNDO GÊNERO
REGIÕES**

Categ. Ocupac.	RJ		SP		SUL		MG-ES		NE		CO		N**	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
.Dirigentes														
.Dirigentes 1	7	9	7	8	7	8	6	9	5	8	7	10	6	8
.Dirigentes 2	11	11	10	10	10	11	9	11	8	11	11	12	10	10
.Produção														
.Qualificados 1	10	9	9	8	9	9	9	9	8	8	9	9	9	9
.Qualificados 2	15	13	14	13	14	13	14	12	13	11	15	13	13	12
.Semi-qualificados 1	5	6	5	5	4	4	3	4	3	3	4	6	5	6
.Semi-qualificados 2	6	11	5	10	5	10	5	12	5	11	6	12	6	12
.Não-qualificados	3	4	4	4	4	3	3	2	2	2	4	3	3	4
.Administração														
.Qualificados 1	10	12	9	10	10	11	10	11	10	10	10	11	10	11
.Qualificados 2	13	15	13	15	13	14	12	15	12	14	13	15	11	14
.Semi-qualificados 1	9	9	8	9	8	9	8	9	8	9	9	10	8	9
.Semi-qualificados 2	10	10	8	10	10	10	8	10	8	10	9	10	10	10
.Não-qualificados	5	4	4	3	4	3	4	3	4	3	5	4	4	4

Fonte: IBGE-PNAD/1989, Tabulações Especiais

* Anos médios de estudo

TABELA 5

**RENDIMENTOS MÉDIOS* DOS ASSALARIADOS SEGUNDO GÊNERO
REGIÕES**

Categ. Ocupac.	RJ		SP		SUL		MG-ES		NE		CO		N**	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
.Dirigentes														
.Dirigentes 1
.Dirigentes 2	11	8	14	10	11	10	10	7	7	5	11	10	11	7
.Produção														
.Qualificados 1	7	3	8	4	7	3	7	3	5	2	7	4	7	3
.Qualificados 2	14	6	15	8	14	7	14	6	8	4	14	8	9	6
.Semi-qualificados 1	3	2	4	1	2	1	2	1	1	1	3	2	3	2
.Semi-qualificados 2	4	6	5	6	5	7	4	6	4	6	5	8	5	8
.Não-qualificados	2	1	3	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	1
.Administração														
.Qualificados 1	7	7	9	9	9	7	9	7	7	5	9	9	9	9
.Qualificados 2	13	13	13	13	13	11	11	9	9	7	14	14	11	11
.Semi-qualificados 1	4	3	5	3	4	3	4	3	3	2	4	3	4	3
.Semi-qualificados 2	5	4	5	5	6	4	6	4	4	3	6	5	4	
.Não-qualificados	2	2	3	2	2	2	2	1	2	1	3	2	2	2

Fonte: IBGE-PNAD/1989, Tabulações Especiais

* Em Salários Mínimos

** Zona urbana